

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA A DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezesseis, às 14 horas, no Salão do Plenário desta Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores: Anderson Juliano-Vogal desta Comissão, Marcos Montanha - Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o qual declarou aberta a Audiência Pública para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2015. O Presidente, **Vereador Marcos Montanha**, iniciou os trabalhos cumprimentando e apresenta a audiência pública, que tem como finalidade a transparência da gestão fiscal e a ampliação da participação popular, passou para composição da mesa, formada por representantes do governo municipal, o Sr. Paulo Roberto Patuléa, a Sra. Rosângela Stumpf - Secretária de Controle Interno, Sr. Alexandre Vicente - Assessor de Administração do Controle Interno, Juarez dos Reis Borges, contador Geral do Município e os presentes de acordo com edital 02/2016, publicado em 12/02/2016. O Presidente da Comissão esclareceu que sob o comando da Comissão de Orçamento e Finanças que a audiência pública teve como objetivo avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º Quadrimestre de 2015, pelo Poder Executivo, conforme determina o art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente apresentou o Vereador Anderson Juliano-Vogal desta Comissão e citou que como todos sabem que como presidente passa para população a transparência, que é dever desta casa legislativa para com nossos munícipes. O presidente passou a palavra para o secretário de fazenda, Sr. Paulo Roberto Patuléa, que cumprimentou a todos, seus colegas de trabalho nesta audiência, afirmando ter o prazer de estar nesta casa legislativa, casa do povo, com a presença dos colegas, Sra. Rosângela Stumpf - Secretária de Controle Interno, Sr. Alexandre Vicente - Assessor de Administração do Controle Interno para fazer apresentação do 3º Quadrimestre de 2015 em cumprimento a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Vereador **Marcos Montanha** passou a palavra para o Sr. Juarez dos Reis Borges que cumprimentou a todos, agradeceu por estar mais uma vez nesta audiência pública que teve como objetivo avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao 3º Quadrimestre de 2015 e passou a palavra para o **Sr. Alexandre Vicente** que iniciou com a

apresentação do que foi alcançado para o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2015, onde mencionou Paulo Roberto Patuléa, Secretário da Fazenda, Rosângela Stumpf, Secretária de Controle Interno, Juarez que representa a Contadoria geral do Município e Alexandre Vicente, Assessor especial de Administração Financeira do Controle Interno. Disse que a Audiência está prevista no artigo 9º, § 4º da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Demonstrou o quadro com gráfico da receita arrecadado do 3º quadrimestre um total de R\$ 894.619.420,58 (oitocentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte reais e cinqüenta e oito centavos). Destacou o IPTU R\$ 58.305.337,29(cinqüenta e oito milhões, trezentos e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e nove centavos), Imposto de Renda R\$21.740.997,79 (vinte e hum milhões, setecentos e quarenta mil, novecentos e noventa e sete reais e setenta centavos), ITBI R\$ 14.580.243,92(quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil, duzentos e quarenta três reais e noventa e dois centavos), ISS R\$ 81.058.153,57(oitenta e hum milhões, cinqüenta e oito mil, cento e cinqüenta e três reais e cinqüenta e sete centavos),taxas diversas R\$23.658.074,87(vinte e três milhões, seiscentos e cinqüenta e oito mil, setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos),Contribuições Sociais + CID + CIP, repasse para o INPAS R\$49.828.253,34(quarenta e nove milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e cinqüenta e três reais e trinta e quatro centavos), ICMS R\$150.654.943,87(cento e cinqüenta milhões, seiscentos e cinqüenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos),IPVA R\$30.493.211,45(trinta milhões, quatrocentos e noventa e três mil, duzentos e onze reais e quarenta e cinco centavos) e o SUS enviou R\$110.426.596,24(cento e dez milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e seis reais e vinte e quatro centavos), FUNDEB R\$ 130.644.029,44(cento e trinta milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos)e a Dívida Ativa R\$25.908.206,69(vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, duzentos e seis reais e sessenta e nove centavos), Receita Patrimonial R\$ 11.982.093,87 (onze milhões, novecentos e oitenta e dois mil, noventa e três reais e oitenta e sete centavos), receita de Serviços R\$ 888.997,55(oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e noventa e sete reais e cinqüenta e cinco centavos), outras transferências intergovernamentais (FPM e outros) R\$ 93.238.804,20 (noventa e três milhões, duzentos e



trinta e oito mil, oitocentos e quatro reais e vinte centavos), multas e Juros de mora R\$1.895.879,40 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), indenizações e restituições R\$ 13.567.357,89 (treze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinqüenta e sete reais e oitenta e nove centavos), Receitas diversas R\$ 661.440,94 (seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos), Receitas de capital (Bloco SUS + Brasil Car +Op. Cred. +Conv.) R\$ 30.826.341,10 (trinta milhões, oitocentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e um reais e dez centavos), Receitas intra-orçamentárias R\$ 64.094.291,66 (sessenta e quatro milhões, noventa e quatro mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), com Total de deduções R\$ 941.679.666,15 (novecentos e quarenta e um milhões, seiscentos e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quinze centavos).O **Vereador Anderson Juliano** iniciou sua fala cumprimentando a todos, Sr.^a Marlene, sempre presente nas sessões e audiências, Sr. Peixoto, e referiu-se ao Sr. Paulo Roberto Patuléa perguntando quanto ao valor gasto na folha de pagamento, que se encontra no percentual de 50,9% esse está entorno de R\$ 350.000.000,00(trezentos e cinqüenta milhões reais). Questionou se esse é o valor consolidado até o final do ano.**Sr. Alexandre Vicente** respondeu que seriam doze meses. **Vereador Anderson Juliano** perguntou se em Janeiro entrou mais 4% referente ao reajuste que foi dividido e interrogou se esse percentual significa que está próximo dos limites prudencial, afirmando não saber se aplica os 4% ficando próximo ou não. Ainda argumentou que é uma questão de calcular em cima, pois provavelmente vai estar em outra situação agora. Pois agora é nova receita corrente, perguntando ao **Senhor Juarez**,que respondeu que sim. **Vereador Anderson Juliano** agradeceu e novamente perguntou se o INSS tem uma previsão de arrecadação de R\$ 60.000.000,00(sessenta milhões de reais) em 2015 e se arrecadou R\$ 80.000.000,00(oitenta milhões de reais). Segundo **Sr. Alexandre** R\$ 81.000.000,00(oitenta e um milhões de reais) em junho abriu – se um excesso de arrecadação de ISS de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e se olharmos o quadro de excesso de arrecadação em 09 de Junho, disse ter que levar em consideração que arrecadação foi até Maio de 2015, isso grosso modo. Dando entorno de R\$ 34.000.000,00(trinta e quatro milhões de reais) e não daria R\$ 20.000.000,00(vinte milhões de reais) de excesso, teria que ter uns R\$ 45.000.000,00(quarenta e cinco milhões de reais) até Maio para abrir o excesso. **Roberto**



Patuléa mencionou que o valor estipulado pelo Vereador de R\$ 20.000.000,00(vinte milhões de reais) diz ter feito através de tendências de estimativa de arrecadação até o final do exercício, atingindo a meta e isso se deu porque realizou – se austeridade do serviço de fiscalização que é a nota fiscal eletrônica que foi um grande instrumento do aumento da arrecadação, foram R\$ 81.000.000,00(oitenta e um milhões de reais) orçados, R\$ 60.000.000,00(sessenta milhões de reais) mais ou menos, isso em números redondos, pois a tendência se fez os R\$ 20.000.000,00(vinte milhões de reais), pois teria uma tendência de atingir a meta e atingiu – se a meta de arrecadação. **Vereador Anderson Juliano** afirmou poder abrir um excesso de arrecadação por uma estimativa. **Sr. Juarez** respondeu que sim desde que ela seja em base constante, como foi o da receita do ISS, havia um incremento da nota fiscal eletrônica e levou isso em consideração no incremento da receita. **Vereador Anderson Juliano** completou tendo como dados, de como se comportou a receita de ISS em 2015, disse que em Janeiro R\$ 6.800.000,00(seis milhões e oitocentos milhões de reais), em Fevereiro R\$ 6.800.000,00(seis milhões e oitocentos milhões de reais), em Março R\$ 4.700.000,00(quatro milhões e setecentos milhões de reais), em Abril R\$ 5.900.000,00(cinco milhões e novecentos mil reais), em Maio dá um salto e vai para R\$ 9.600.000,00(nove milhões e seiscentos mil reais) e depois caiu de novo para R\$ 6.500.000,00(seis milhões e quinhentos mil reais), esses picos e vales na arrecadação estimam-se. Pergunta se não é muita discrepância ter uma média. **Sr. Juarez** respondeu que foi levado em consideração em base constante, não estimou pelo pico e sim pelo que vinha sendo arrecadado e o que teve de incremento, citando a nota fiscal eletrônica que estava sendo trabalhada pela tributária. **Vereador Anderson Juliano** agradeceu e direcionou uma pergunta ao Senhor Patuléa, perguntando se fizeram um excesso de arrecadação, citando que dia 29 de Dezembro foi publicado no D.O. 4856 de 29 de Dezembro, um excesso de arrecadação de ITBI de R\$ 500.000,00(quinientos mil reais) tendo uma previsão de R\$ 14.500.000,00(quatorze milhões e quinhentos mil reais) de ITBI e uma previsão de R\$ 14.515.000,00(quatorze milhões, quinhentos e quinze mil reais) de ITBI, a previsão atualizada e o que foi efetivamente arrecadado é de R\$14.580.000,00(quatorze milhões, quinhentos e oitenta mil reais) de ITBI .Citou que também foi emitido um decreto número 912 de 29 de Dezembro no valor de R\$ 500.000,00(quinientos mil reais) de excesso de arrecadação em ITBI, disse que se analisarmos dar R\$ 75.000,00 e perguntou onde está o

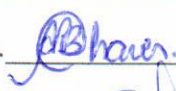


restante de R\$ 500.000,00(quinhentos mil reais), pois não conseguiu encontrar no relatório, fala do ITBI e da cota parte do ICMS. Citou ainda que a situação se repete na cota parte do ICMS, pois tem uma previsão atualizada de R\$ 150.654.000,00(cento e cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil reais) e disse que foi aberto crédito suplementar de excesso, um de R\$ 698.000,00 e o outro de R\$ 559.000,00(quinhentos e cinquenta e nove mil reais), tratando – se de R\$ 1.200.000,00(um milhão e duzentos mil reais) mais ou menos, relatou que esse número não demonstra que teve excesso. **Sr. Alexandre Vicente** respondeu começando pelo ITBI, relatou que o anexo publicado é uma previsão atualizada e explicou que quando há um incremento, tinha um excesso e diz que atualiza – se a previsão orçamentária e que a orçada inicial, original que foi publicada no orçamento é a que entra em vigor, o ITBI é de R\$ 14.015.000,00(quatorze milhões e quinze mil reais), então, apurou R\$ 14.580.000,00(quatorze milhões quinhentos e oitenta mil reais), a cota parte do ICMS foi orçado com o valor inicial em R\$ 140.986.800,00(cento e quarenta milhões, novecentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais) e foi apurado em R\$ 150.654.943,87 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos) e a diferença entre o outro é aproximadamente de R\$ 668.000,00 (seiscentos e sessenta e oito mil reais). **Vereador Anderson Juliano** relatou que no ICMS abriu 02 créditos, 02 excessos, um de R\$559.000,00(quinhentos e cinquenta e nove mil reais) e um que ele acha que é de R\$ 350.000,00(trezentos e cinquenta mil reais), se deu no dia 29 de dezembro e encontra-se no Decreto 912 e 914 que estão no quadro de anexo. **Sr. Alexandre Vicente** citou que o final da folha da um total de R\$ 155.497.00,00(cento e cinquenta e cinco milhões quatrocentos e noventa e sete mil reais). **Vereador Anderson Juliano** perguntou ao Sr. Patulêa sobre o relatório de gestão fiscal e que não se encontra no réu, e relatou que o município tinha uma disponibilidade de caixa bruta de R\$ 42.000.00,00(quarenta e dois milhões de reais), tem obrigações financeiras de R\$ 13.000.000,00(treze milhões de reais) e vê que ao acabar o ano entre as obrigações e disponibilidade de caixa com R\$ 28.719.000,00(vinte e oito milhões, setecentos e dezenove mil reais) de saldo no caixa (disponibilidade de caixa líquida) disse ao Senhor Patulêa que no final do exercício sobrou no caixa R\$ 28.000.000,00(vinte e oito milhões de reais). **Sr. Patulêa** respondeu que sim. **Sr. Alexandre Vicente** afirmou que nesse caso tem dívida no meio que ainda não está paga. **Vereador Anderson Juliano** relatou que se tem R\$



28.000.000,00(vinte e oito milhões de reais) de disponibilidade livre e aí acabou o ano, entende – no último dia do ano - havia no cofre R\$ 28.000.000,00(vinte e oito milhões de reais). **Sr. Alexandre Vicente** relatou que não e que não quer dizer que essas obrigações foram todas pagas em 31 de Dezembro e que só foram deduzidas para montar o quadro, dizendo que pode ter até mais no caixa. **Vereador Anderson Juliano** alegou que pode ter mais e não menos, pois essas obrigações não foram realmente cumpridas até aqueles dias, mas já foram lançadas, pois são obrigações contratadas e quando forem pagas sobraram R\$ 28.000.000,00(vinte e oito milhões de reais). Foi cancelada alguma RP anterior para sobrar R\$ 28.000.000,00(vinte e oito milhões de reais). **Sr. Alexandre Vicente** respondeu que não, disse que somente o que está prescrito. **Vereador Anderson Juliano** disse ao Senhor Patulêa, que na receita corrente líquida, o município arrecadou, em 2015, R\$ 766.000.000,00(setecentos e sessenta e seis milhões de reais). Isso se dá após a análise do relatório de gestão fiscal. Relatou ainda que, em 2014, teve uma receita líquida corrente de R\$ 763.000.000,00(setecentos e sessenta e três milhões), então, se pegarmos R\$ 763.000.000,00(setecentos e sessenta e três milhões) e colocar em índice inflacionário na casa dos 10%, disse que teve uma queda de arrecadação no município. Disse que teria que ter um crescimento de R\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais), isso em números redondos, pois citou um incremento da receita só para corrigir a inflação de R\$ 76.000.000,00(setenta e seis milhões de reais), com um incremento de R\$ 3.000.000,00. Questionou ainda se a receita corrente líquida caiu R\$ 73.000.000,00(setenta e três milhões de reais) em um ano. **Sr. Alexandre Vicente** respondeu que na receita corrente, ela não contempla as receitas de capital e muitos dos convênios em Brasília que fizemos, o dinheiro quando vem, vem como despesa de capital, então, só de despesa de capital tem R\$ 30.000.000,00(trinta milhões de reais). Esses não podem contar com a receita corrente líquida, pois é de investimento. **Vereador Anderson Juliano** disse que em números consolidados não caiu, mas se tivessem uma inflação, em 2015, de 0%, teria - se um incremento de R\$ 3.000.000,00(três milhões de reais) e que de tudo dentro da receita corrente líquida, faz-se inclusiva margens para LRF. **Sr. Alexandre Vicente** afirmou também que deduz os 20% que diminui bastante a receita. **Vereador Anderson Juliano** disse que de acordo com a inflação teve uma queda na arrecadação, conforme demonstra a planilha da gestão fiscal, significa que aumentou – se o endividamento da prefeitura em 84



milhões. **Sr. Alexandre Vicente** respondeu que não necessariamente, é caixa, pois o caixa caiu, mas não sem aumentar a dívida, ou seja, teve uma arrecadação menor e uma despesa maior, aumentando a dívida consolidada, isso por causa da disponibilidade de caixa. **Vereador Anderson Juliano** perguntou se houve indisponibilidade de caixa e se perdeu algo em torno de 59 milhões. **Sr. Alexandre Vicente** respondeu que sim, mas a despesas e guarda e acaba, tem que usar as reservas. **Vereador Anderson Juliano** pediu esclarecimento sobre a transferência de convênio. **Sr. Alexandre Vicente** citou o exemplo de transferência para o Trono de Fátima de 351 mil reais, assentamento da Estrada da Saudade em um milhão e meio, cobertura do Parque Cremerie de 292 mil reais, redução de risco 110 mil reais, 243 mil de reforma de quadra, programa de iniciação ao esporte 02 milhões, obra de contenção de encosta risco alto e risco muito alto de 1 milhão e o PAC de encosta. **Vereador Anderson Juliano** respondeu que então o PAC de encosta que fez a diferença. Perguntou à Senhora Rosangela Stumpf como está a situação do pagamento dos funcionários públicos, citando férias, triênios. **Sr^a Rosangela Stumpf** respondeu que o prefeito conseguiu manter o pagamento dos salários em dia até dezembro e que tiveram que apertar, mas foram liberadas as férias. Acrescentou que, quanto ao triênio, não tem conhecimento e quanto às férias, atrasaram e foi por uma questão de contenção de despesas. **Vereador Anderson Juliano** agradeceu os esclarecimentos e encerra a fala. **O Vereador Marcos Montanha** perguntou se havia mais alguma questão a abordar e relatou que como já tinham colocadas todas as perguntas e respostas, ele, como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento se sentia satisfeito. Agradeceu aos demais, agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência Pública. E eu, Ana Ruth Beliani Chaves Valério, Secretária da Comissão, escrevi esta para constar e assino. . Petrópolis 24 de fevereiro de 2016.

